



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

**REFERENDO NA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL Nº 0601271-20.2022.6.00.0000 –
BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL**

Relator: Ministro Benedito Gonçalves

Representantes: Jair Messias Bolsonaro e outra

Advogados: Tarcisio Vieira de Carvalho Neto – OAB: 11498/DF e outros

Representados: Luiz Inácio Lula da Silva e outra

Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB: 172730/SP e outros

Representado: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Advogados: Rafael de Alencar Araripe Carneiro – OAB: 25120/DF e outros

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. REFERENDO DE DECISÃO LIMINAR. ELEIÇÕES 2022. PRESIDENTE. ABUSO DE PODER POLÍTICO. USO INDEVIDO DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO. ATO DE CAMPANHA. PARTICIPAÇÃO DE ARTISTAS, INTELECTUAIS E LIDERANÇAS POLÍTICAS. TRANSMISSÃO PELA *INTERNET*. RETRANSMISSÃO LIVRE. LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO. LICITUDE. *JINGLES* EXECUTADOS AO VIVO. QUESTÃO LIMÍTROFE. PRUDENTE INIBIÇÃO DE EVENTUAIS DANOS AO PROCESSO ELEITORAL. REQUERIMENTO LIMINAR PARCIALMENTE DEFERIDO. DECISÃO REFERENDADA.

1. Trata-se de ação de investigação judicial eleitoral – AIJE – destinada a apurar a ocorrência de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, ilícitos supostamente perpetrados em decorrência da realização de evento denominado “Grande Ato Brasil da Esperança com Lula 13”, no dia 26/09/2022, no Auditório Celso Furtado (Anhembi – São Paulo/SP), com ampla transmissão na *internet*, do qual participaram, além dos candidatos, diversos artistas, intelectuais e lideranças políticas e sociais por meio de discursos e performances ao vivo e em vídeo.

2. A AIJE não se presta apenas à punição de condutas abusivas, quando já consumado o dano ao processo eleitoral. Assume também função preventiva, sendo cabível a concessão de tutela inibitória para prevenir ou mitigar danos à legitimidade do pleito.

3. Nesse sentido, o art. 22, I, *b*, da LC 64/90 prevê que, ao receber a petição inicial, cabe ao Corregedor determinar “que se suspenda o ato que deu motivo à representação, quando for



relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficiência da medida, caso seja julgada procedente”.

4. O exercício dessa competência deve se pautar pela mínima intervenção, atuando de forma pontual para conter a propagação e amplificação de efeitos potencialmente danosos. A fim de que essa finalidade preventiva possa ser atingida, a análise da gravidade, para a concessão da tutela inibitória, orienta-se pela preservação do equilíbrio da disputa ainda em curso.

5. Esse exame não se confunde com aquele realizado no julgamento de mérito e não antecipa a conclusão final, que deverá avaliar *in concreto* os efeitos das condutas praticadas, a fim de estabelecer se são graves o suficiente para conduzir à cassação de registro ou diploma e à inelegibilidade.

6. No caso, a petição inicial foi instruída com *link* da transmissão integral do vídeo do evento, albergada no canal de *YouTube* do Partido dos Trabalhadores (PT), chamado “TV PT”, com duração de 5h10min24s. Foram também juntadas diversas notícias que demonstram a ampla divulgação e mobilização em torno da “super *live*”, tanto por iniciativa da campanha, quanto de terceiros.

7. Não há dúvidas de que o evento consistiu em ostensivo ato de campanha, divulgado por meio da *internet*, inclusive com orientações para os interessados na retransmissão, com vistas a potencializar seu alcance. A participação de “artistas, intelectuais e lideranças políticas e sociais” foi utilizada como chamariz para o público, que poderia estar presente ou acompanhar a transmissão pelas redes sociais do partido ou pelas páginas retransmissoras.

8. Ademais, o vídeo da transmissão de 26/09/2022 permite constatar a grande magnitude do evento. Além da estrutura de palco, com telões e iluminação, em que se desenrolaram discursos, depoimentos, performances e exibição de vídeos, a transmissão intercalava entrevistas realizadas por dois entrevistadores em uma espécie de *lounge*. Também no palco havia apresentadores, que conduziram um roteiro bem planejado para manter a atenção do público.

9. Conforme métrica já fixada para as Eleições 2022, a questão a ser tratada, nesse momento, diz respeito exclusivamente à veiculação do vídeo da *super live* nas redes sociais dos investigados e à possível utilização de trechos na propaganda eleitoral a ser exibida nos derradeiros dias que antecedem o primeiro turno. Outros aspectos relacionados aos fatos já consumados merecerão a devida análise, após regular instrução, ao se apreciar o mérito.

10. A regra, na propaganda eleitoral, é a liberdade de formas, ressalvadas aquelas que a lei proíba, não estando a realização de atos, em recinto aberto ou fechado, sequer sujeita à prévia licença da polícia (art. 39, Lei 9.504/97). É lícito, às campanhas, conferir a seus atos novas roupagens, mais próximas à linguagem midiática, a fim de que se tornem atrativos. O simples indício de que essa opção demande investimentos substanciais tampouco é, *a priori*,



apto a configurar ilícito, uma vez que a regularidade da contabilização dos recursos envolvidos deverá ser analisada em esfera e momentos próprios.

11. A vedação legal relativa aos *showmícios* e eventos assemelhados os caracteriza como “apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral” (art. 39, § 7º, Lei 9.504/97).

12. Esta Corte tem entendimento no sentido de que “a utilização de forma reiterada de *showmício* e eventos assemelhados como meio de divulgação de candidaturas, com intuito de captação de votos, é grave e caracteriza abuso do poder econômico” (REspE 325-03, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 28/11/2019).

13. Também, já foi assinalado que a proibição se estende aos *livemícios*, em que a promoção a candidaturas se utiliza de *shows* realizados em plataformas digitais (Consulta 0601243-23, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJE de 23/09/2020).

14. As restrições, contudo, não alcançam a liberdade de engajamento político da classe artística, já havendo o STF fixado que tais pessoas podem manifestar “seu posicionamento político em seus *shows* ou em suas apresentações” (ADI 5970, Rel. Min. Dias Toffoli, DJE de 08/03/2022).

15. No precedente, o STF avaliou a correlação entre a animação artística e a finalidade do evento. Um *show* não pode ser usado para incentivar a conquista de votos (*showmício*), mas pode ser usado para incentivar doações (evento de arrecadação). Porém, há um elemento que permanece intangível: a liberdade da pessoa artista para manifestar sua opinião política, em moldes idênticos ao de qualquer outra cidadã ou cidadão.

16. Em uma democracia, é lícito de que integrantes da classe artística decidam emprestar sua imagem pública, construída ao longo de uma carreira (não raro definida a partir de ideais compartilhados com seus fãs), a uma determinada candidatura, ou a qualquer outra bandeira.

17. Há de se repudiar a formatação ideológica da produção artística, associável à aniquilação da individualidade e da potência humana criativa. Mas isso não ocorre na hipótese em que artistas, no pleno exercício de sua liberdade de expressão, ocupam a arena política, manifestando opiniões e preferência de voto.

18. No caso dos autos, ao se analisar o contexto geral do evento de 26/09/2022, constata-se a litude da iniciativa de figuras públicas que, voluntariamente, endossaram a candidatura dos investigados. Essa conclusão alcança discurso e depoimentos ocorridos no palco, no *lounge* e nos vídeos veiculados.

19. A exibição de vídeos com material de propaganda previamente produzido, inclusive do qual conste *jingles* e montagens, sequer tangenciam a discussão quanto ao *showmício*. Isso porque não existe, nesse caso, apresentação de artistas perante o eleitorado, que seria



atraído por sua performance ao vivo (presencial ou pela *internet*).

20. No que diz respeito à apresentação de artistas, nos comícios, para executar, ao vivo, *jingles* da campanha, entendendo estar-se diante de questão inédita.

21. Até o momento, a jurisprudência partiu de premissas fáticas em que artistas executam seu repertório comercial, entregando entretenimento ao público que, por vias transversas, seria levado a ser exposto à mensagem política. No caso de *jingles*, tem-se música elaborada com o propósito de promover uma candidatura, sendo certo que, conforme a época e o público visado, as campanhas procurarão explorar estilos em voga.

22. Cumprirá à Corte, após a instrução do feito em contraditório, avaliar se, em caso de apresentação ao vivo, a execução de *jingle* adquire os mesmos contornos da execução de repertório comercial, sendo por isso vedada; ou se consiste em variável da manifestação de apoio político, abrangida pela liberdade de expressão.

23. Sem que seja preciso fixar entendimento por qualquer das duas vertentes de entendimento, mostra-se prudente, considerando-se a iminência do pleito, restringir, na propaganda eleitoral, a exploração dos momentos do ato de 26/09/2022 no Anhembi, em que artistas executaram *jingles* ao vivo. Isso porque, tendo em vista a magnitude da estrutura montada e o ineditismo do tema, os trechos das performances musicais, ainda que não contemplem repertório comercial, podem produzir efeitos anti-isonômicos que devem ser inibidos na disputa eleitoral.

24. Tutela inibitória antecipada parcialmente deferida, para determinar aos investigados que suspendam a veiculação do vídeo da “super live” de 26/09/2022, permitida sua nova veiculação após editado o material para exclusão de trechos expressamente indicados, determinando-se, ainda, que se abstenham de utilizar os trechos referidos em outros materiais de propaganda, sob pena de multa.

25. Decisão liminar referendada.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em referendar a decisão que concedeu parcialmente a tutela inibitória antecipada, impondo determinações, nos termos do voto do relator.

Brasília, 29 de setembro de 2022.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES – RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO BENEDITO GONÇALVES: Senhor Presidente, tra



investigação judicial eleitoral, por suposta prática de abuso de poder político e de uso indevido de meios de comunicação, ajuizada pela Coligação Pelo Bem do Brasil (PL/REPUBLICANOS/PP) e por Jair Messias Bolsonaro, candidato à reeleição para o cargo de Presidente da República, contra a Coligação Brasil da Esperança (FE BRASIL/Federação PSOL REDE/PSB/AGIR/AVANTE/PROS) e seus candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo José Rodrigues Alckmin.

A ação tem como causa de pedir fática a realização de evento denominado “Grande Ato Brasil da Esperança com Lula 13”, no dia 26/09/2022, no Auditório Celso Furtado (Anhembi – São Paulo/SP), com ampla transmissão na *internet*, do qual participaram, além dos candidatos, diversos artistas, intelectuais e lideranças políticas e sociais por meio de discursos e performances ao vivo e em vídeo.

Narra a petição inicial, em síntese, que os investigados realizaram um “megalomaniaco *showmício*, terminantemente vedado pela legislação eleitoral”, em que “se valeram da junção de dezenas de artistas de renome (de cachês são (sic) milionários!), como forma de chamar a atenção para a eleição de Luís Inácio Lula da Silva e obter engajamento eleitoral em redes sociais”.

Os autores destacam os seguintes aspectos:

- a) a divulgação do evento teve início em 21.09.2022, quando se anunciou uma *superlive*, a ser transmitida pela página oficial da candidatura no *Facebook*, com indicação de que páginas que desejassem poderiam retransmitir o evento;
- b) foram também organizados “eventos presenciais dedicados à exibição da *live* em telões em bares e restaurantes de quinze estados”;
- c) “[...] diversos veículos de mídia ligados aos investigados, além de órgãos de imprensa tradicional, noticiaram a presença de artistas e personalidades no evento”, vários deles renomados e de grande influência na *internet*, contando com milhões de seguidores;
- d) a estratégia de divulgação contou ainda com impulsionamento de propaganda na *internet*, feito pela Coligação Brasil da Esperança, nos dias 25 e 26.09.2022, que alcançou de 500 a 600 mil pessoas pelo *Facebook*) e 2,2 milhões de pessoas (*Google ads*);
- e) o auditório em que realizado o evento tem capacidade para aproximadamente 2.500 pessoas;
- f) a *superlive* durou aproximadamente 5 horas, durante as quais foram executados *jingles* e exibidos conteúdos variados, como discursos, intervenções artísticas ao vivo, depoimentos gravados, montagens visuais e vídeos musicais que envolveram pessoas comuns e representantes de diversos ramos culturais e midiáticos, inclusive celebridades nacionais e internacionais;
- g) “Ao término, o próprio candidato Luís Inácio Lula da Silva subiu ao palco e proferiu discurso político, que se prestaria ao encerramento de sua campanha”;
- h) a realização do evento envolveu “substanciais gastos” com aluguel do espaço, estrutura de palco, doações estimáveis (“presença de vários artistas e autoridades” a se considerar “cachês, presenças *vips*, espaços nas redes sociais, etc.”); e “organização e engajamento em todas as capitais do Brasil, onde a *superlive* foi transmitida ao vivo para bares e restaurantes diversos”;
- i) “[...] mídia simpática às candidaturas investigadas repercutiu, positivamente, a presença de público expressivo, o que se deve à capilaridade da classe artística que se empenhou de forma



efetiva em beneficiar, eleitoralmente, os candidatos Investigados”.

Discorrem sobre a tipicidade das condutas, afirmando que “não é lícita a colonização das artes por bandeiras políticas” e que a reprovabilidade da conduta se acentua em razão da proximidade do pleito. Apontam que a gravidade está configurada do ponto de vista qualitativo (participação de dezenas de artistas “de cachês milionários”) e quantitativo (meio de propaganda vedado, veiculado em bens de uso comum do povo, como bares e restaurantes, mirando o público jovem e valendo-se de “meio que facilita o acesso e permanência da mensagem”).

Ressaltam que “a insurgência ora manifestada não é contra o engajamento político orgânico da classe artística, tampouco se busca o cerceamento da liberdade de expressão de quem quer que seja, muito menos de artistas e de intelectuais dos quais se orgulham ao (*sic*) brasileiros, mas sim contra conduta ilegal dos investigados, de promoverem a reunião de várias personalidades, artistas, *influencers*, intelectuais sérios e pseudointelectuais, no megaevento em questão, para catapultar a candidatura lulista”, perfazendo “uma tentativa de expropriação do poder político pelo poder de comunicação aquilatado na busca pela manipulação da opinião pública”.

Sustenta estarem demonstrados os requisitos para a concessão de medidas de urgência, a saber:

a) a plausibilidade do direito, conforme fundamentos apresentados ao longo da petição;

b) o perigo da demora, consubstanciado “no receio de que as imagens produzidas no evento ilícito sejam utilizadas na propaganda eleitoral dos Investigados, o que aumenta a gravidade das lesões ao pleito, especialmente por ofensa à igualdade de condições entre os contendores”.

Assim, requer, “a concessão da medida liminar requestada, obstando-se a utilização de qualquer imagem captada por ocasião da *superlive* ocorrida em 26/07/2022 pelos Investigados em suas propagandas eleitorais, bem como que seja determinada a remoção das redes sociais e páginas dos Investigados do vídeo de referido evento, sob pena de multa diária em valor que desestime o descumprimento do decisor”.

Apresenta requerimentos de prova e pugna, ao final, pelo “julgamento integralmente procedente para declarar (i) a cassação do registro e eventual diploma dos Investigados; (ii) a imputação de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição a que se verificou esse abuso, *ex vi* art. 22 da LC 64/90” (ID 158151045).

O requerimento liminar foi parcialmente deferido em decisão de 28/09/2022, na qual concedi a tutela inibitória antecipada e determinei que:

“a) se suspenda, em todos os seus perfis de propaganda registrados no TSE e no canal do PT no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=o8l3EdwCxa0>), a veiculação de vídeos e imagens relativos aos trechos abaixo arrolados, referentes ao “Grande Ato Brasil da Esperança com Lula 13”, realizado no dia 26.09.2022 no Auditório Celso Furtado (Anhembi – São Paulo/SP), em até 12 (doze) horas, sob pena de multa de R\$10.000,00 (dez mil reais) por peça mantida, permitida a veiculação de versão editada da cobertura do evento, da qual sejam excluídos os trechos entre:

- 37min55s e 39min25s

- 1h15min41s e 1h18min00s

- 2h13min00s e 2h15min22s

- 2h31min32s e 2h32min52s



- 2h44min17s e 2h46min12s

- 3h23min54s e 3h27min23s

- 3h55min52s e 3h57min54s

- 4h05min56s e 4h07min17s

- 4h16min00s e 4h20min37s

b) se abstenham de utilizar **em sua propaganda eleitoral, divulgada por qualquer meio, os trechos descritos no item “a”, cabendo-lhes adotar imediatas providências para substituir materiais eventualmente já produzidos, inclusive os destinados à propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV do dia 29/09/2022**, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por peça de propaganda ou postagem feita por qualquer meio.”

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO BENEDITO GONÇALVES (relator): Senhor Presidente, ao final da decisão liminar proferida em 28/09/2022, solicitei que fosse o feito incluído em sessão de julgamento, a fim de submeter a medida a referendo em plenário, em prestígio à regra da colegialidade.

Ressalto que essa providência objetiva ampliar a legitimidade da decisão proferida *inaudita altera pars*, caso mantida, submetendo-a a controle do Colegiado, e que não prejudica outras oportunidades legais e regimentais dadas às partes para discutir o seu conteúdo.

Diante da natureza do referendo, esta Corte já decidiu, em 30/08/2022, ser “incabível a realização de sustentação oral em julgamento de Referendos, em razão de ausência de previsão regimental” (Referendo na AIJE 0600814-85, Rel. Min. Mauro Campbell Marques).

Assim, apresento aos pares o teor do *decisum*:

A ação de investigação judicial eleitoral – AIJE – se destina a tutelar a legitimidade e a normalidade do pleito e a isonomia entre candidaturas, bens jurídicos severamente afetados por práticas abusivas que envolvam desvio de finalidade do poder político, o uso desproporcional de recursos públicos em desconformidade com a legislação eleitoral e a utilização indevida de meios de comunicação social, inclusive a *internet*, para beneficiar determinada candidatura (art. 22, *caput*, da LC 64/90).

As sanções previstas para a hipótese de procedência do pedido formulado na AIJE – cassação do registro ou diploma e inelegibilidade – têm não apenas dimensão punitiva, mas asseguram também a recomposição dos bens jurídicos, uma vez que impedem que os beneficiários logrem exercer mandato ilicitamente obtido e, ainda, alijam os responsáveis, por 8 anos, da possibilidade de disputar eleições.

Porém, a AIJE não tem por enfoque único a aplicação de sanções após a prática de condutas abusivas, quando já consumado o dano ao processo eleitoral. A máxima efetividade da proteção jurídica buscada por essa ação reclama atuação tempestiva, destinada a prevenir ou mitigar danos à legitimidade do pleito, desde que se tenha elementos suficientes para identificar o potencial lesivo de condutas que ainda estejam em curso.

Sob essa ótica, **a AIJE assume também função preventiva**, própria à tutela inibitória, modalidade de tutela



específica voltada para a cessação de condutas ilícitas, independentemente de prova do dano ou da existência de culpa ou dolo. A técnica é prevista no parágrafo único do art. 497 do CPC, aplicável subsidiariamente às ações eleitorais, e que dispõe:

“Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

Parágrafo único. **Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.”**

(Sem destaques no original.)

Note-se que essa diretriz, bem antes do Código de Processo Civil de 2015, já estava presente na disciplina da AIJE. Nesse sentido, prevê o art. 22, I, *b*, da LC 64/90 que, ao receber a petição inicial, cabe ao Corregedor determinar “**que se suspenda o ato que deu motivo à representação, quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficiência da medida**, caso seja julgada procedente”. Há nessa previsão o claro propósito de fazer cessar a conduta ilícita, prezando-se pela eficiência da tutela jurisdicional, sem prejuízo do prosseguimento do feito para apurar o cabimento das sanções acima mencionadas.

Assim, havendo indícios robustos da prática de condutas com potencial abusivo, não é necessário, para que se defira a tutela inibitória, verificar a efetiva ocorrência de lesão grave aos bens jurídicos. Por esse motivo, a análise da gravidade como elemento da decisão liminar em que se avalia o cabimento da suspensão de condutas que amparam a AIJE deve ser orientada para verificar a necessidade conter a propagação e amplificação de efeitos potencialmente danosos, adotando-se a mínima intervenção necessária para preservar a legitimidade das eleições e o equilíbrio da disputa.

Nota-se, portanto, que **esse exame não se confunde com aquele realizado no julgamento de mérito e não antecipa a conclusão final, que deverá avaliar *in concreto* os efeitos das condutas praticadas, a fim de estabelecer se são graves o suficiente para conduzir à cassação de registro ou diploma e à inelegibilidade.**

Estabelecidas essas premissas, entendo que se encontram preenchidos os requisitos para antecipar a tutela inibitória buscada pelos autores, ainda que em bem menor extensão do que foi requerida, com a finalidade de acautelamento de ponto que merecerá atenta reflexão da Corte.

Em linhas gerais, a petição inicial narra que o evento realizado pelos investigados em 26/09/2022 no Anhembi (São Paulo/SP), anunciado como “último grande ato” em apoio à candidatura da chapa presidencial encabeçada por Luiz Inácio Lula da Silva, foi, na verdade, um grande *showmício* transmitido massivamente pelas redes sociais, direcionado para captar o voto de jovens na reta final da campanha, valendo-se para tanto de expressiva participação de artistas, intelectuais e *influencers*, cuja expressão teria sido capturada para fins de indevida ingerência no eleitorado.

Constato que a ação foi instruída com o *link* da transmissão integral do vídeo do evento, albergada no canal de *YouTube* do Partido dos Trabalhadores (PT), chamado TV PT, com duração de 5h10min24s. Foram também juntadas diversas notícias que demonstram a ampla divulgação e mobilização em torno da *superlive*, tanto por iniciativa da campanha, quanto de bares e restaurantes que informaram que fariam a transmissão.



A postagem de 21/09/2022 na página do PT informa:

“Nesta segunda-feira, 26/09, em São Paulo, às 16h, teremos a *Superlive* do último Grande Ato Brasil da Esperança com Lula 13. Será um ato híbrido, com participações presenciais e intervenções virtuais de artistas, intelectuais e lideranças políticas e sociais.

O PT vai transmitir o evento em suas redes sociais e está convidando a todos para compartilhar em suas páginas de *Facebook*. A transmissão cruzada pelo *Facebook* só é possível com páginas, não permitindo perfis pessoais.

Para participar da grande mobilização basta preencher o formulário no link abaixo, até às 20h do dia 23/09/2022.”

Não há dúvidas, assim, de que o evento consistiu em ostensivo ato de campanha, divulgado por meio da internet, inclusive com orientações para os interessados na retransmissão, com vistas a potencializar seu alcance. A participação de “artistas, intelectuais e lideranças políticas e sociais” foi utilizada como chamariz para o público, que poderia estar presente ou acompanhar a transmissão pelas redes sociais do PT ou pelas páginas retransmissoras.

Ademais, o vídeo da transmissão de 26/09/2022 permite constatar a grande magnitude do evento. Além da estrutura de palco, com telões e iluminação, em que se desenrolaram discursos, depoimentos, performances e exibição de vídeos, a transmissão intercalava entrevistas realizadas por dois entrevistadores em uma espécie de *lounge*. Também no palco havia apresentadores, que conduziram um roteiro bem planejado para manter a atenção do público.

No que importa para a análise do requerimento liminar, **observada a métrica aplicada em todas as AIJEs até aqui ajuizadas, cabe avaliar, estritamente, a necessidade da intervenção judicial para inibir ou mitigar danos ao processo eleitoral, especialmente considerada a preservação da isonomia.** O caráter preventivo dessa atuação comanda que se adotem medidas **pontuais**, aptas a promover a preservação do equilíbrio entre os concorrentes, sem excesso de interferência.

Sob essa ótica, a questão a ser tratada, neste momento, diz respeito exclusivamente à veiculação do vídeo da *superlive* das redes sociais dos investigados e à possível utilização de trechos na propaganda eleitoral a ser exibida nos derradeiros dias que antecedem o 1º turno das Eleições 2022. Outros aspectos relacionados aos fatos já consumados merecerão a devida análise, após regular instrução, ao se apreciar o mérito.

Como ponto de partida, assinalo que **não há vedação legal a que partidos políticos, federações e coligações realizem eventos de grandes proporções destinados a promover candidaturas, inclusive com transmissão na internet.** A regra, na propaganda eleitoral, é a liberdade de formas, ressalvadas aquelas que a lei proíba, não estando a realização de atos, em recinto aberto ou fechado, sequer sujeita à prévia licença da polícia (art. 39 da Lei 9.504/97).

No caso de comícios, um dos mais tradicionais meios de propaganda, não é proibido às campanhas conferir a seus atos novas roupagens, mais próximas à linguagem midiática, a fim de que se tornem atrativos para eleitoras e eleitores de qualquer faixa etária. O simples indício de que essa opção demande investimentos substanciais tampouco é, *a priori*, apto a configurar ilícito, uma vez que a regularidade da contabilização dos recursos envolvidos deverá ser analisada em esfera e momento próprios.

A lei, por outro lado, proíbe “a realização de *showmício* e de evento assemelhado para promoção de candidatos,



bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral” (art. 39, § 7º, Lei 9.504/97). A conduta pode ultrapassar o campo da mera propaganda irregular, sendo que “a utilização de forma reiterada de *showmício* e eventos assemelhados como meio de divulgação de candidaturas, com intuito de captação de votos, é grave e caracteriza abuso do poder econômico” (REspE 325-03, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 28/11/2019).

Durante as Eleições 2020, a pandemia da Covid-19 acentuou a migração da propaganda para o meio digital, o que fez surgir questionamentos sobre os limites do uso da *internet* pelas campanhas. Nesse contexto, em resposta à Consulta 0601243-23 (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJE de 23/09/2020), esta Corte assentou que “[a] realização de eventos com a presença de candidatos e de artistas em geral transmitidos pela *internet*, e assim denominados como ‘*lives* eleitorais’, **equivale à própria figura do *showmício*, ainda que em formato distinto do presencial**, tratando-se, assim, de conduta expressamente vedada pelo art. 39, § 7º, da Lei 9.504/97”.

Deve-se notar, contudo, que a indagação a que se respondeu, formulada em tese, dizia respeito à possibilidade de ocorrer “apresentação dos candidatos aos eleitores juntamente com atores, cantores e outros artistas **através de *shows* (*lives* eleitorais) não remunerados e realizados em plataforma digital**”. Dentro desse recorte, apenas se consignou que o que não é permitido no plano concreto tampouco poderia ocorrer no mundo digital, de modo que, se o *showmício* é proibido, sua versão nas redes, a chamada *livemício*, também o é.

Por esse motivo, importa delimitar o que possa constituir, efetivamente, a “animação de comício” por meio de *show* artístico, pois esse é o terreno em que incide a proibição. Importante marco para esse debate foi o julgamento da ADI 5970 (Rel. Min. Dias Toffoli, DJE de 08/03/2022), em que o Supremo Tribunal Federal reafirmou o caráter fundamental da liberdade de manifestação política, **sem exclusão da classe artística**.

Três balizas são extraídas do julgado:

- a) a proibição de *showmícios*, isto é, **“apresentações artísticas associadas à promoção de sua campanha, ainda que sem pagamento de cachê”,** por se convolver em “patrocínio de um *show* destinado ao público em geral” com o objetivo de conquistar votos;
- b) a licitude de apresentações artísticas em eventos de arrecadação, cuja finalidade é “mobilizar os apoiadores da candidatura com o intuito de obter recursos para a viabilização da campanha eleitoral”; e
- c) **a ampla liberdade de engajamento político de quaisquer cidadãos e cidadãos**, sendo direito de artistas manifestar seu posicionamento político em seus *shows* ou em suas apresentações”.

A bem se observar, no julgamento da ADI 5970, avaliou-se a correlação entre a **animação artística** e a **finalidade do evento**. Um *show* não pode ser usado para incentivar a conquista de votos (*showmício*), mas pode ser usado para incentivar doações (evento de arrecadação). Entretanto, há um elemento que permanece intangível: a liberdade da pessoa artista para manifestar sua opinião política, em moldes idênticos ao de qualquer outra cidadã ou cidadão.

Transcrevo trechos do voto de relatoria, naquele feito, pertinentes ao ponto:

“Por seu turno, a proibição do *showmício* e de eventos assemelhados não se confunde com uma censura prévia, **pois não significa a vedação à manifestação artística de cunho político**. Isto é, **da norma não se extrai impedimento para que um artista manifeste seu posicionamento político, incluindo-se o apoio explícito ou repúdio declarado a determinado candidato em seus *shows* ou em suas apresentações**.



O que o art. 39, § 7º, da Lei nº 9.504/1997 proíbe é a **apresentação artística como atributo de um comício eleitoral**, associando-se a presença do candidato e de suas ideias de campanha ao entretenimento e lazer proporcionado pelo artista aos eleitores em geral com o intuito de obtenção de votos.

É dizer: a Lei nº 9.504/1997, ao proibir a realização de *showmícios*, remunerados ou não, **está a regular a forma com que a propaganda eleitoral pode ser feita, não se confundindo com a vedação de um conteúdo ou com o embaraço da capacidade de manifestação de opiniões políticas por parte de qualquer cidadão.**

Portanto, **não se cuida de mediar qual mensagem está apta a ser emitida ao cidadão**, mas de se estabelecer regra procedimental que busca garantir o acesso à informação livre de manipulações ou influências alheias à disputa eleitoral.

[...]

Dessa perspectiva, concluo não haver qualquer vulneração da liberdade de expressão com a proibição dos *showmícios* e eventos assemelhados, remunerados ou não, já que a norma em questão não se traduz em uma censura prévia ou em proibição do engajamento político dos artistas, mas **apenas disciplina a realização de apresentações artísticas no contexto de eventos eleitorais voltados à obtenção de votos.**

Esse ponto é decisivo para a apreciação do requerimento liminar, tendo em vista que, por parte dos autores, foi afirmado que o comício do dia 26/09/2022 promoveu a “colonização das artes por bandeiras políticas”. Essa expressão remete à formatação ideológica **da produção artística**, associável à aniquilação da individualidade e da potência humana criativa. Coisa diversa ocorre quando **artistas, no pleno exercício de sua liberdade de expressão, ocupam a arena política, manifestando opiniões e preferência de voto.**

Em uma democracia, **é lícito que integrantes da classe artística decidam emprestar sua imagem pública, construída ao longo de uma carreira (não raro definida a partir de ideais compartilhados com seus fãs), a uma determinada candidatura ou a qualquer outra bandeira.** No caso de ser manifestada preferência eleitoral, caberá a cada eleitor ou eleitora avaliar o peso a ser dado ao apoio declarado por determinado artista. Assim, não se pode cogitar que caiba à Justiça Eleitoral, a partir de um critério de popularidade de cantores, intelectuais e *influencers*, ditar comportamentos relativos ao engajamento político.

Desse modo, ao se analisar o **contexto geral** do evento de 26/09/2022, constata-se a licitude da iniciativa de figuras públicas que, voluntariamente, endossaram a candidatura dos investigados. Essa conclusão alcança discurso e depoimentos ocorridos no palco, no *lounge* e nos vídeos veiculados.

No que diz respeito à exibição de vídeos com material de propaganda previamente produzido, inclusive do qual constem *jingles* e montagens, entendo que sequer tangenciam a discussão quanto ao *showmício*. A característica central dessa forma de realização de propaganda é a apresentação de artistas perante o eleitorado, que seria atraído por sua performance ao vivo. Isso pode ocorrer tanto na modalidade presencial quanto na *livemício*.

Coisa diversa, no entanto, é a confecção de outros tipos de matérias de propaganda, que contam com trabalho de *marketing* e produção elaborada, resultando em vídeos e gravações contendo *jingles* e outros atrativos. Todos os candidatos e candidatas se valem desses recursos, que são exibidos na televisão, no rádio e em suas redes sociais, e que podem, também, ser exibidos em seus comícios.



Superados esses pontos, chega-se ao tema que parece se apresentar como questão inédita, a ser discutida nestes autos: **a apresentação de artistas nos comícios, para executar jingles da campanha ao vivo, é capaz de atrair a vedação do art. 39, § 7º, da Lei 9.504/97?**

Entendo que essa questão ainda não foi equacionada, uma vez que, até o momento, a jurisprudência partiu de premissas fáticas em que artistas executam seu repertório comercial, entregando entretenimento ao público que, por vias transversas, seria levado a ser exposto à mensagem política. No caso de *jingles*, tem-se música elaborada **com o propósito de promover uma candidatura**, sendo certo que, conforme a época e o público visado, as campanhas procurarão explorar estilos em voga. Não à toa, há, em todas as vertentes políticas, exemplos de *jingles* que se tornaram memoráveis e remanescem anos ou décadas depois de concluídos os pleitos a que se destinavam.

Desse modo, é preciso aprofundar o debate, a fim de avaliar se, em caso de apresentação ao vivo, a execução de *jingle* adquire os mesmos contornos da execução de repertório comercial, sendo por isso vedada; ou se consiste em variável da manifestação de apoio político, abrangida pela liberdade de expressão.

Sem me comprometer de imediato com qualquer das duas vertentes de entendimento, parece-me que, considerando-se a iminência do pleito, **mostra-se prudente restringir a exploração, na propaganda eleitoral, dos momentos do ato de 26/09/2022 no Anhembi em que artistas executaram jingles ao vivo**. Isso porque, tendo em vista a magnitude da estrutura montada e o ineditismo do tema, os trechos das performances musicais, ainda que não contemplem repertório comercial, podem produzir efeitos anti-isonômicos na disputa eleitoral, que devem ser inibidos.

Justifica-se, assim, não a retirada integral do vídeo de cobertura do evento, difundido nas redes dos investigados e compartilhado por terceiros, como pleiteiam os autores, mas sim que **o material seja editado para excluir as passagens que neste momento se mostram objeto de controvérsia relevante quanto a sua licitude, à luz dos precedentes do STF e do TSE sobre a matéria**.

Para tal exame, e considerada a urgência da adoção de providências, pauto-me pelos destaques feitos pelos investigadores, apresentando, na tabela abaixo, remissões aos trechos da petição inicial (ID 158151045) e respectiva conclusão sobre a incidência ou não da tutela inibitória, a partir da fundamentação acima exposta:

Trecho da petição inicial	Conclusão jurídica	Providência determinada
“Aos 38 minutos de live, foi exibido trecho ao vivo – conforme introduzido pelo apresentador João Luiz – de apresentação do cantor Juliano Maderada, reproduzindo música de sucesso no aplicativo TikTok”.	Execução de jingle por artista, em performance ao vivo. Controvérsia relevante a justificar a tutela inibitória.	Exclusão do trecho entre 37min55s e 39min25s.



<p>“Aos 55 minutos, foi exibido vídeo contendo fotos de Lula em compromissos oficiais ocorridos durante seu mandato presidencial: incluem-se fotos suas com o Papa Francisco em vista ao Vaticano, com George W. Bush (no Salão Oval da Casa Branca), com o ex-secretário-geral da ONU Kofi Annan, com o ex-presidente Barack Obama, além de uma ‘foto de família’ de reunião de líderes do G20”.</p>	<p>Veiculação de vinheta de propaganda, contendo jingle gravado, com imagens diversas, inclusive do candidato. Material regular que busca promover a imagem do candidato. Deve-se ressaltar que, em regra, não se proíbe que candidatos à reeleição exibam na propaganda imagens em que aparecem no exercício do cargo. No caso específico das AIJEs 0600986-27, 0601002-78, 0601154-29, 0601180-27 e 0601188-04, a premissa da proibição é o indício de desvio de finalidade no exercício do cargo de Chefe do Executivo, com objetivo de promover a associação de símbolos e discursos à candidatura.</p>	<p>Sem determinação de providências.</p>
<p>“Com pouco mais de uma hora de live, exibiu-se uma montagem de artistas cantando, cada um, parte do Hino Nacional Brasileiro”.</p>	<p>Veiculação de vídeo em que foram editados os trechos do hino nacional executado por diversas pessoas, aparentemente nas localidades em que foram realizados comícios ao longo da campanha. Uso legítimo do símbolo nacional.</p>	<p>Sem determinação de providências.</p>
<p>Os cantores Paulo Miklos e Fabiana Cozza, em seguida, cantaram um jingle, cujo refrão fazia-se ouvir, em tandem, “Eu quero ver / Lula lá, Lula lá”.</p>	<p>Execução de jingle por artistas em performance ao vivo. Controvérsia relevante a justificar a tutela inibitória.</p>	<p>Exclusão do trecho entre 1h15min41s e 1h18min00s.</p>
<p>À altura de 1h40min, exibiu-se um vídeo em defesa da bandeira do Brasil como um símbolo desvinculado de qualquer ideologia política.</p>	<p>Uso legítimo do símbolo nacional e defesa de ideias relativas a temas de disputa política.</p>	<p>Sem determinação de providências.</p>



<p>Imediatamente após, a historiadora Heloísa Starling apareceu num vídeo, defendendo Lula. Em seguida, Caetano Veloso declamou um poema, também mediante gravação; houve, como sequência, testemunho de uma eleitora. Exibiu-se, também, um vídeo da historiadora Lília Schwarcz, comentando aspectos da história brasileira. Discursou, logo após, o jurista Silvio Almeida.</p>	<p>Vídeos gravados com depoimentos de duas historiadoras e um cantor, sendo que, no caso deste, fez-se opção por declamar poema previamente gravado.</p> <p>No palco, houve livre manifestação de opinião política, relato pessoal e preferência eleitoral por parte de uma bacharela em direito e de um conhecido jurista.</p>	
<p>O apresentador pernambucano Antônio Marinho declamou, com grande expressividade, um poema. Depois, o apresentador Emicida falou em vídeo.</p>	<p>O cognominado poema se assemelha a um discurso rimado, em relação ao qual deve prevalecer, nesta análise preliminar, o prestígio à liberdade de expressão.</p> <p>No vídeo, o artista expressa opinião política, relato pessoal e preferência eleitoral.</p>	<p>Sem determinação de providências.</p>
<p>Por volta de 2h10min, um trio de forró apresentou, ao vivo, um jingle, com motivo “Chama, Chama / Lula lá”.</p>	<p>Execução de jingle por artistas em performance ao vivo. Controvérsia relevante a justificar a tutela inibitória.</p>	<p>Exclusão do trecho entre 2h13min00s e 2h15min22s.</p>
<p>O escritor Itamar Vieira Júnior apresentou seu livro, em que trata de temas caros à campanha. Houve, em seguida, um relato biográfico do cozinheiro Edson Leite.</p>	<p>Livre manifestação de opinião política, relato pessoal e preferência eleitoral, por parte de um escritor e um trabalhador.</p>	<p>Sem determinação de providências.</p>
<p>Às 2h30 de live, a cantora Daniela Mercury entoou um jingle.</p>	<p>Execução de jingle por artistas em performance ao vivo. Controvérsia relevante a justificar a tutela inibitória.</p>	<p>Exclusão do trecho entre 2h31min32s e 2h32min52s.</p>



<p>Outras apresentações foram realizadas: destacam-se o rap dos artistas Max BO, Coruja e Rappin' Hood, além de exibição de vídeos com a participação de celebridades nacionais e estrangeiras. De particular destaque: o cantor Emicida, os atores e atrizes Vladimir Brichta, Julia Lemmertz, Claudia Abreu e Marcelo Serrado, a cantora Gaby Amarantos, as cantoras Ana Caetano e Vitória Falcão – ambas compondo a dupla Anavitória, e o cantor Nando Reis, além dos atores norte-americanos Mark Ruffalo e Danny Glover e do cantor inglês Roger Waters.</p>	<p>Identificam-se mais algumas situações em que há execução de jingle por artistas em performance ao vivo. Controvérsia relevante a justificar a tutela inibitória.</p> <p>Os demais destaques referem-se a depoimentos de diversos artistas, manifestando opinião política, relato pessoal e preferência eleitoral.</p>	<p>Exclusão dos trechos entre:</p> <p>2h44min17s e 2h46min12s;</p> <p>3h23min54s e 3h27min23s;</p> <p>3h55min52s e 3h57min54s;</p> <p>4h05min56s e 4h07min17s;</p> <p>4h16min00s e 4h20min37s.</p>
<p>O próprio candidato Luís Inácio Lula da Silva subiu ao palco e proferiu discurso político, que se prestaria ao encerramento de sua campanha.</p>	<p>Discurso típico de ato de campanha.</p> <p>Quanto ao fechamento do evento, com o jingle em playback e presença de diversas pessoas no palco, não se divisa a característica de performance artística ao vivo.</p>	<p>Sem determinação de providências.</p>

Assentada a plausibilidade do direito, em decorrência do potencial favorecimento da campanha do candidato pelas situações em que foram executados *jingles* ao vivo por artistas presentes no palco do ato de 26/09/2022, conclui-se também pela urgência da adoção de medidas que evitem ou mitiguem danos ao processo eleitoral. Na hipótese, **é indispensável a concessão de tutela inibitória para prevenir impactos anti-isonômicos do aproveitamento das performances na propaganda eleitoral dos investigados.**

Desse modo, **defiro parcialmente o requerimento liminar, para conceder a tutela inibitória antecipada e determinar a intimação dos investigados, pelo meio mais célere, para que:**

- a) suspendam, **YouTube** (<https://www.youtube.com/watch?v=o8l3EdwCxa0>), a veiculação de vídeos e imagens relativos aos trechos abaixo arrolados, referentes ao “Grande Ato Brasil da Esperança com Lula 13”, realizado no dia 26.09.2022 no Auditório Celso Furtado (Anhembi – São Paulo/SP), em até 12



(doze) horas, sob pena de multa de R\$10.000,00 (dez mil reais) por peça mantida, permitida a veiculação de versão editada da cobertura do evento, da qual sejam excluídos os trechos entre:

- 37min55s e 39min25s.
- 1h15min41s e 1h18min00s.
- 2h13min00s e 2h15min22s.
- 2h31min32s e 2h32min52s.
- 2h44min17s e 2h46min12s.
- 3h23min54s e 3h27min23s.
- 3h55min52s e 3h57min54s.
- 4h05min56s e 4h07min17s.
- 4h16min00s e 4h20min37s.

b) se abstenham de utilizar em sua propaganda eleitoral, divulgada por qualquer meio, os trechos descritos no item “a”, cabendo-lhes adotar imediatas providências para substituir materiais eventualmente já produzidos, inclusive os destinados à propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV do dia 29/09/2022, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por peça de propaganda ou postagem feita por qualquer meio.

Ante o exposto, **proponho o referendo da liminar.**

É como voto.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Obrigado, Ministro Benedito

Gonçalves.

Ministro Raul Araújo.

DECLARAÇÃO DE VOTO CONVERGENTE

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: Senhor Presidente, trata-se de referendo de decisão singular proferida na ação de investigação judicial eleitoral, por suposta prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, na realização do evento denominado “Grande Ato Brasil da Esperança com Lula 13”, no dia 26/09/2022, no Auditório Celso Furtado (Anhembi – São Paulo/SP), do qual participaram, além dos candidatos, artistas e lideranças políticas e sociais por meio de discursos e performances ao vivo e em vídeo, o qual teve ampla transmissão na internet.

Adoto o bem lançado relatório elaborado pelo ilustre Ministro relator, BENEDITO GONÇALVES, CORREGEDOR-GERAL ELEITORAL, do qual destaco os seguintes trechos:

Narra a petição inicial, em síntese, que os investigados realizaram um “megalomaniaco showmício, terminantemente vedado pela legislação eleitoral”, em que “se valeram da junção de dezenas de artistas de renome (de cachês são milionários!), como forma de chamar a atenção para a eleição de Luís Inácio Lula da Silva e obter engajamento eleitoral em redes sociais”.



[...]

[...] a divulgação do evento teve início em 21.09.2022, quando se anunciou uma “superlive”, a ser transmitida pela página oficial do facebook da candidatura, indicando-se que páginas que desejassem poderiam retransmitir o evento;

[...] foram também organizados “eventos presenciais dedicados à exibição da live em telões em bares e restaurantes de quinze estados”;

[...] a superlive durou aproximadamente 5 horas, durante os quais foram exibidos conteúdos variados, como discursos, intervenções artísticas ao vivo durante as quais foram executados jingles, exibição de depoimentos gravados, montagens visuais e vídeos musicais, que envolveram pessoas comuns e representantes de diversos ramos culturais e midiáticos, inclusive celebridades nacionais e internacionais;

Ressaltam que “a insurgência ora manifestada não é contra o engajamento político orgânico da classe artística, tampouco se busca o cerceamento da liberdade de expressão de quem quer que seja, muito menos de artistas e de intelectuais dos quais se orgulham ao brasileiros, mas sim contra conduta ilegal dos investigados, de promoverem a reunião de várias personalidades, artistas, influencers, intelectuais sérios e pseudointelectuais, no megaevento em questão, para catapultar a candidatura lulista”, perfazendo “uma tentativa de expropriação do poder político pelo poder de comunicação aquilatado na busca pela manipulação da opinião pública”.

Ao analisar as alegações, Sua Excelência, em apertada síntese, destaca o seguinte:

A bem se observar, no julgamento da ADI 5970, avaliou-se a correlação entre a animação artística e a finalidade do evento. Um show não pode ser usado para incentivar a conquistar votos (showmício), mas pode ser usado para incentivar doações (evento de arrecadação). Mas há um elemento que permanece intangível: a liberdade da pessoa artista para manifestar sua opinião política, em moldes idênticos ao de qualquer outra cidadã ou cidadão.

[...]

[...] é preciso aprofundar o debate, a fim de avaliar se, em caso de apresentação ao vivo, a execução de jingle adquire os mesmos contornos da execução de repertório comercial, sendo por isso vedada; ou se consiste em variável da manifestação de apoio político, abrangida pela liberdade de expressão.

Nesse contexto, argumenta que

[...] considerando-se a iminência do pleito, mostra-se prudente restringir a exploração, na propaganda eleitoral, dos momentos do ato de 26/09/2022 no Anhembi em que artistas executaram jingles ao vivo. Isso porque, tendo em vista a magnitude da estrutura montada e o ineditismo do tema, os trechos das performances musicais, ainda que não contemplem repertório comercial, podem produzir efeitos anti-isonômicos na disputa eleitoral, que devem ser inibidos.

Justifica-se, assim, não a retirada integral do vídeo de cobertura do evento, difundido nas redes dos investigados e compartilhadas por terceiros, como pleiteiam os autores, mas sim que o material seja editado para excluir as passagens que neste momento se mostram objeto de controvérsia relevante quanto a sua licitude, à luz dos precedentes do STF e do TSE sobre a matéria.

Diante disso, o ilustre relator defere parcialmente a liminar para conceder a tutela inibitória antecipada, a fim de determinar a suspensão, nos perfis de propaganda registrados no TSE e no link do canal



do PT, dos trechos do evento nas “situações em que foram executados jingles ao vivo por artistas” [...], sob pena de multa de R\$10.000,00 (dez mil Reais) por peça mantida, permitida a veiculação de versão editada da cobertura do evento”, bem como determina que os réus “[...] se abstenham de utilizar em sua propaganda eleitoral, divulgada por qualquer meio, os trechos descritos [...], cabendo-lhes adotar imediatas providências para substituir materiais eventualmente já produzidos, inclusive os destinados à propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV do dia 29/09/2022, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil Reais) por peça de propaganda ou postagem feita por qualquer meio.”

Conforme entende a Suprema Corte,

Por sua natureza de propaganda eleitoral, o showmício é voltado ao público em geral e presta-se para o convencimento do eleitorado mediante oferecimento de entretenimento, ou, mais especificamente, de show artístico no contexto do comício ou de evento eleitoral realizado para a promoção de candidatura, nos quais o artista e o candidato dividem o palco/palanque com o objetivo de obter votos.

(ADI nº 5970-DF, rel. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe de 8.3.2022)

Diante dessa premissa, em análise preliminar, observa-se potencial desrespeito à isonomia entre os *players* apto a gerar desequilíbrio na disputa eleitoral, o que justifica a atuação desta Justiça especializada, para mitigar esse desequilíbrio e conceder a tutela inibitória.

Conforme bem pontuou o eminente CORREGEDOR-GERAL ELEITORAL, trata-se de matéria inédita no campo do *marketing* eleitoral.

Nesta análise prefacial, especialmente diante a extrema proximidade com a data do pleito, afigura-se prudente a concessão da tutela inibitória nos exatos termos consignados no voto do ilustre relator, haja vista que a execução de *jingles* por artistas em performance ao vivo com ampla divulgação na internet, aparentemente, se assemelha ao vedado *showmício*.

Ante o exposto, acompanho o eminente relator e refendo a liminar concedida.

É como voto.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Ministro Sérgio Banhos.

VOTO

O SENHOR MINISTRO SÉRGIO BANHOS: Estou acompanhando o relator, Senhor Presidente.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Ministro Carlos.

VOTO

O SENHOR MINISTRO CARLOS HORBACH: Também eu, Senhor Presidente, com o relator.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Ministro Ricardo Lewandowski.

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI: Senhor Presidente, com o relator.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Ministra Cármen.

VOTO



A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Também com o relator, Presidente.

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Senhores Ministros, eu também acompanho o eminente relator.

PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Por unanimidade, o Tribunal referendou a decisão, parcialmente concessiva de tutela inibitória, nos termos do voto do relator.

EXTRATO DA ATA

Ref-AIJE nº 0601271-20.2022.6.00.0000/DF. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. Representantes: Jair Messias Bolsonaro e outra (Advogados: Tarcisio Vieira de Carvalho Neto – OAB: 11498/DF e outros). Representados: Luiz Inácio Lula da Silva e outra (Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB: 172730/SP e outros). Representado: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (Advogados: Rafael de Alencar Araripe Carneiro – OAB: 25120/DF e outros).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, referendou a decisão que concedeu parcialmente a tutela inibitória antecipada, impondo determinações, nos termos do voto do relator.

Composição: Ministros Alexandre de Moraes (presidente), Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Sérgio Banhos e Carlos Horbach.

Vice-Procurador-Geral Eleitoral: Paulo Gustavo Gonet Branco.

SESSÃO REALIZADA EM REGIME HÍBRIDO EM 29.9.2022.

